

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Delator liga empresa de postes a esquema de Cabral e Pezão	2
Título: Cemig deve comprar fatia de bancos na Light por até R\$ 650 milhões	3
Título: Governo tenta evitar adiamento de megaleilão.....	5
Título: Potencial de arrecadação.....	6
Título: Guedes estuda desvincular despesas do Orçamento	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Contas do governo têm 1º superávit mensal desde abril.....	10
Título: Venda das estatais renderia R\$ 802 bi, diz futuro ministro.....	10
Título: Superministério da Economia terá seis secretarias especiais	11
Título: Bolsonaro descarta privatizações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica	14
Título: Parlamentares devem liberar indicação de políticos para chefiar estatais	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Cara e inexplicável lentidão	16
Título: Temer deve deixar rombo menor para Bolsonaro	17
VEÍCULO: Correio Braziliense	18
Título: A próxima greve dos caminhoneiros	18
VEÍCULO: Valor Econômico.....	20
Título: Decisão do STF libera venda de distribuidora de AL.....	20
Título: Fracasso de privatizações pode gerar custo de R\$ 18 bilhões para Eletrobras	22
Título: Militares e núcleo econômico se aliam por PPI	24
Título: Destaques	25
Título: Ultra vê 2019 melhor para todos os seus negócios	26

Título: Petrobras responsabiliza 300 funcionários por atos ilícitos	29
Título: Cotações do Brent e WTI sobem após Rússia considerar corte	30
Título: Redes inteligentes de energia ensaiam os primeiros passos.....	32
Título: PPPs estimulam projetos de iluminação pública	34
Título: Energia solar e armazenamento avançam.....	35
Título: Incertezas rondam os veículos elétricos	37

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/11/2018

Seção: Rio

Autor: Elenilce Bottari E Giselle Ouchana

Título: Delator liga empresa de postes a esquema de Cabral e Pezão

Maioria das placas de energia solar do sistema de iluminação do Arco Metropolitano, que custaram R\$ 96,7 milhões ao governo, já foi roubada

Palco de crimes violentos e retrato do abandono das autoridades, o Arco Metropolitano é agora apontado como um dos motivos que levou Luiz Fernando Pezão à prisão. Em delação premiada, do economista Carlos Emanuel Carvalho Miranda, ex-operador da propina de Sérgio Cabral, citou uma suposta ligação do governador com a High Control, responsável pela instalação das placas de energia solar nos postes da rodovia.

Sócios da empresa, os irmãos Luís Fernando e César Augusto Craveiro de Amorim também foram alvos ontem da Operação Boca de Lobo. As obras do Arco custaram R\$1,9 bilhão — R\$ 1,1 bilhão a mais que o previsto. As placas

de energia solar dos 4.310 postes custaram R\$ 96,7 milhões, mais de R\$ 22 mil por unidade.

De acordo com a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), Miranda afirmou que Cabral deu ordem para pagar R\$300 mil à empresa dos irmãos, especializada em painéis solares, como remuneração por serviços prestados (a instalação de um hometheater) na casa de Pezão, em Piraí. A entrega dos 72 quilômetros que ligam Duque de Caxias a Itaguaí, na baixada, atrasou quase quatro anos.

O trecho foi inaugurado em julho de 2014. Desde então, a rodovia acumula problemas, como construções clandestinas nas margens, comércio improvisado, apropriação de terras públicas e abertura de acessos ilegais, conforme mostrou reportagem do GLOBO em junho. A insegurança, contudo, é a principal queixa de quem ainda trafega por lá.

Apesar do alto investimento em iluminação, o abandono por parte das autoridades favoreceu a ação de criminosos que, além de derrubarem boa parte dos postes, roubaram as baterias que armazenavam a energia solar. Vários trechos da rodovia ficaram às escuras depois que dezenas de equipamentos foram roubados. Os assaltos também são frequentes.

Até então realizado pelo Batalhão de Polícia Rodoviária estadual (BPRv), o policiamento do Arco Metropolitano chegou a receber reforço da Força Nacional durante força-tarefa para coibir o roubo de cargas no estado no ano passado. Desde outubro, no entanto, o patrulhamento ostensivo na rodovia é realizado exclusivamente pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Isso porque, desde então, o estado passou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a responsabilidade pela via.

Em fevereiro, o secretário estadual de obras, José Iran Peixoto Junior, preso ontem na Operação Boca de Lobo, fez a solicitação ao governo federal, alegando falta de condições do estado para realizar a manutenção do Arco.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/11/2018

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Cemig deve comprar fatia de bancos na Light por até R\$ 650 milhões

A Cemig, estatal de energia de Minas Gerais, vai liquidar hoje uma operação de compra de ações da Light, que distribui energia elétrica em 31 municípios do

Estado do Rio. Segundo executivos próximos à estatal mineira, os papéis correspondem a cerca de 2,7% do capital da distribuidora que estão em poder de bancos de investimentos de três instituições financeiras: Banco do Brasil, Banco Votorantim e Santander.

A empresa teve que vender ações da Light na terça-feira para evitar que a distribuidora fluminense se torne de novo estatal. Os bancos exerceram uma cláusula do contrato estabelecido com a Cemig que obrigava a aquisição das ações pela mineira este ano, numa operação chamada de “put”, referente ao financiamento obtido pela Cemig em 2011 para adquirir o controle da Light.

Segundo fontes, a Cemig desembolsará R\$ 650 milhões para adquirir a parcela pertencente aos três bancos. A empresa pretende usar recursos obtidos com a venda de ativos da Cemig Telecom, em agosto.

EXPECTATIVA DE PRIVATIZAÇÃO

Como já era controladora da Light, com 48,7% do capital, a Cemig vendeu uma parcela de suas ações na terça-feira para evitar que sua participação ultrapassasse 50%, o que tornaria a distribuidora do Rio também uma estatal. Foram vendidas 2,13% das ações da Light por R\$ 64,5 milhões. Dessa forma, mesmo com a aquisição de papéis que estão nas mãos dos bancos, a Cemig terá 49,99% do capital.

O governador eleito de Minas Gerais, Romeu Zema, já declarou sua disposição para privatizar a Cemig, que tem dívida de R\$ 13,2 bilhões. Considerada a joia da coroa do governo de Minas, a empresa tem levado adiante um plano de reestruturação e venda de ativos, o que inclui a própria Light, para melhorar sua saúde financeira.

A atual gestão da empresa estuda se desfazer de sua participação na usina geradora de Santo Antônio, no Rio Madeira. — Continuamos com a meta de vender a Light e outros ativos. A Cemig está melhorando operacionalmente, reduzindo dívida e vendendo ativos — afirmou Daniel Faria Costa, diretor de Gestão de Participações da Cemig.

No ano, a companhia acumula lucro de R\$ 998 milhões até setembro, alta de 131,6% em relação a igual período do ano passado. — O importante é fortalecer a empresa. A privatização de qualquer companhia depende de questões legais e regulatórias.

E o que o futuro governador tem sinalizado é compatível com o que a gestão atual vem fazendo, independentemente do que será feito no futuro — disse o diretor.

VEÍCULO: O Globo**Data: 30/11/2018****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Governo tenta evitar adiamento de megaleilão**

Apesar de incerteza sobre votação no Senado, projeto será apresentado a investidores nos EUA hoje. Intenção é encaminhar documentação ao TCU este ano e fazer licitação em 2019. Caso haja atraso, certame ficaria para 2020

O governo já definiu os detalhes do megaleilão de petróleo no pré-sal, cuja arrecadação prevista se aproxima de R\$ 100 bilhões. Mesmo com a indefinição no Senado sobre o projeto de lei que dá segurança para a licitação, **o secretário-executivo do Ministério de Minas e energia, Márcio Félix**, vai apresentar hoje a investidores nos Estados Unidos as informações.

O andamento do projeto de lei no Congresso travou depois que o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu dividir com estados e municípios uma parte da receita. A atual equipe econômica busca uma forma de viabilizar o repasse de 20% da arrecadação aos governos regionais.

A intenção do atual governo é aprovar o leilão na reunião do Conselho Nacional de Política Energética(CNPE) no dia 17 de dezembro, encaminhar a documentação final para o Tribunal de Contas da União (TCU) neste ano e fazer a licitação no primeiro semestre de 2019.

Há urgência nisso porque, a partir de janeiro, o TCU passará a exigir os papéis com, no mínimo, 150 dias de antecedência da publicação do edital. Adiar esse passo pode empurrar o certame para 2020. Isso criaria um problema para o governo, que acenou com os recursos para estados em crise fiscal. A partir disso, governadores e prefeitos já começaram a fazer contas contando com o benefício, que pode só sair do papel em 2020.

O leilão está sendo modelado pelo regime de partilha. Por ele, o valor pago pela empresa vencedora da licitação é definido previamente pelo governo. A licitação faz parte do acordo da cessão onerosa do pré-sal entre Petrobras e União. Por meio desse acordo, a estatal adquiriu, em 2010, o direito de explorar cinco bilhões de barris petróleo numa área da Bacia de Santos.

O petróleo que será leiloadado é o que excede a cota adquirida pela Petrobras. Isso, porém, depende de um acordo entre o governo e a estatal. O contrato está em análise pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que não quer

validar os termos do entendimento sem a aprovação do projeto em discussão no Senado.

Há quatro pontos de discordância entre Petrobras e União que são pacificados por esse projeto. Por isso, a aprovação dele é considerada fundamental.

ESTATAL RECEBERIA R\$ 50 BI

Após a assinatura, a Petrobras poderá receber até R\$ 50 bilhões com a revisão do contrato, recurso que será obtido com o leilão. A forma do pagamento à estatal está em estudo pelo Ministério da Fazenda, porque há um entendimento que ele entraria como despesa sujeita ao teto de gastos.

Serão ofertados quatro áreas na Bacia de Santos no litoral do Rio de Janeiro: Búzios, Itapu, Atapu e Sépia. Esses blocos já são operados pela estatal. Por isso, o leilão seguirá o conceito de unitização, pelo qual tanto a Petrobras quanto a empresa vencedora irão operar os blocos simultaneamente.

A participação relativa de cada contrato (Petrobras e empresa vencedora) nos campos será determinada tomando como base os volumes calculados como disponíveis nos blocos. Empresa contratada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) estima que o excedente está entre cinco bilhões e 15 bilhões de barris.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/11/2018

Seção: Economia

Autor: Marcello Corrêa, Manoel Ventura, Geralda Doca e Juliana Castro

Título: Potencial de arrecadação

Privatizações podem render R\$ 802 bi, mas companhias estratégicas ficarão de fora

A privatização de todas as empresas estatais pode render ao governo R\$ 802 bilhões, segundo estudo apresentado anteontem pela Secretaria do Tesouro ao futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. O número é semelhante ao que vinha sendo apresentado por Guedes durante a campanha eleitoral, que chegou a prever uma arrecadação de R\$ 1 trilhão com a venda das empresas.

Apesar dessa estimativa, o montante pode ser bem menor, já que inclui todas as companhias, inclusive as consideradas estratégicas pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, como Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Hoje, segundo o mais recente Boletim das Estatais, elaborado pelo Ministério do Planejamento, o Brasil tem 138 empresas estatais.

Desse total, 91 são subsidiárias de seis grandes grupos: Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES e Correios. Existem ainda 18 empresas que dependem de aportes do Tesouro Nacional. No ano passado, os repasses foram de R\$ 18,2 bilhões. Vender estatais é uma parte central do plano de Guedes para controlar gastos públicos.

O economista defende usar o dinheiro arrecadado para diminuir o montante da dívida pública, que é de cerca R\$ 3,8 trilhões. Segundo ele, essa seria uma forma de reduzir os juros no país. Não está claro ainda qual será o ritmo do processo de privatizações, que enfrenta resistência de setores da sociedade. Dentro da própria equipe econômica a missão de vender todas as estatais é considerada muito difícil.

Entre os que resistem à ideia de privatizar todas as estatais, o principal nome é o próprio Bolsonaro. Ontem, no Rio, ele negou a venda das principais estatais. — Qualquer privatização tem que ser responsável, não é jogar para cima e ficar livre. Tenho conversado com a equipe econômica.

Algumas privatizações ocorrerão, outras, estratégicas, não. Banco do Brasil e Caixa Econômica não estão no nosso catálogo (para privatizações) — disse o presidente eleito em entrevista coletiva, após participar da formatura do curso de aperfeiçoamento de oficiais, na Vila Militar.

Embora reconheçam a dificuldade de vender todas as estatais, fontes da equipe econômica de transição apostam que uma melhora do ambiente econômico possa mudar o entendimento sobre o projeto de privatizações. Isso aceleraria o processo de desestatização e valorizaria as empresas à venda, aumentando o potencial de arrecadação.

STF LIBERA LEILÃO

Antes de iniciar esse processo mais amplo, o futuro governo deve tocar operações quase prontas para sair do papel. Ontem, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou sua própria decisão que impedia a privatização da distribuidora de energia da Eletrobras em Alagoas. Com isso, o governo poderá marcar a data do leilão da empresa.

A companhia é uma das seis subsidiárias do Norte e Nordeste que a Eletrobras tenta privatizar desde 2016. Essas empresas estão endividadas e dão prejuízos para a estatal. Por isso, foi estabelecido um valor simbólico de R\$ 50 mil para a compra de cada.

O comprador, porém, terá de assumir dívidas e compromissos de investimentos milionários. A expectativa agora é que o futuro secretário de Privatizações, Salim Mattar, apresente um plano com metas para desestatizar empresas.

GUEDES INDICA SECRETÁRIOS

Ontem, mais dois secretários foram indicados para a equipe de Guedes. Marcos Cintra será secretário da Receita Federal e Previdência. Já Marcos Troyjo assumirá a Secretaria Geral de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. Assim, ficou definido o desenho do futuro Ministério da Economia, que terá um total de seis secretarias especiais.

Além das três novas, os atuais ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio se transformarão em secretarias na nova estrutura. A Fazenda deve ficar sob o comando de Waldery Rodrigues Júnior. Para o Planejamento, um dos cotados é Paulo Uebel. Já o da indústria, que se chamará Produtividade, deve ficar com Carlos da Costa.

Esses três nomes, no entanto, ainda não estão confirmados. Outro nome que pode se juntar à nova equipe é o presidente do Sebrae Guilherme Afif, que deixará a instituição ano que vem. Segundo fonte, ele deve ser assessor especial de Paulo Guedes para cuidar de temas relacionados a desburocratização. Procurado, ele nega a indicação.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/11/2018

Seção: Economia

Autor: Marcello Corrêa

Título: Guedes estuda desvincular despesas do Orçamento

Objetivo é cumprir regra que impede aumento de gasto acima da inflação

A equipe do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda uma forma de evitar o estouro do teto de gastos, sem flexibilizar a regra, criada em 2016 para ajudar no controle das despesas públicas. A ideia em análise é desvincular e desindexar despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários e repasses estabelecidos na Constituição para áreas específicas, como saúde e educação.

ALTERNATIVA AO MEGALEILÃO

O plano de instituir um Orçamento base zero — ou seja, construído sem usar como ponto de partida os gastos do ano anterior — é defendido há muito

tempo por Paulo Guedes e estava previsto no plano de governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, durante a campanha. A ideia ganhou força diante da perspectiva de o governo não conseguir realizar um megaleilão de petróleo do pré-sal.

Segundo fontes do governo de transição, a desvinculação do Orçamento voltou à pauta após a reunião entre Guedes e a atual equipe econômica, na qual técnicos apresentaram ao futuro ministro um entrave que impede o repasse de parte da arrecadação com o megaleilão, já que a transferência seria considerada uma despesa a mais, com impacto sobre o teto de gastos.

O problema é que a aprovação do projeto de lei que garante a realização do leilão só deve se concretizar depois que o governo encontrar uma forma de repassar até 20% dos cerca de R\$ 100 bilhões previstos com arrecadação para estados e municípios. A arrecadação é considerada importante pela futura equipe para ajudar no reequilíbrio das contas públicas.

Sem a receita extraordinária, ganharia força a ideia de desvincular o Orçamento, que deve enfrentar resistência. A mudança exigiria uma proposta de emenda à Constituição. Apesar de a ideia estar em análise, integrantes da equipe econômica afirmam que a medida seria tomada como último recurso, caso outras medidas de ajuste fiscal não sejam viáveis.

Segundo relatório fiscal do Tesouro Nacional, cerca de 90% dos gastos públicos são engessados. São despesas como pagamento de benefícios previdenciários, gastos com pessoal, abono, que são indexados à inflação, além dos limites mínimos constitucionais para saúde e educação.

Sem esses limites, o Congresso poderia negociar livremente as prioridades de gastos, observando o limite imposto pelo teto, que prevê que as despesas públicas não podem subir mais que a inflação de junho do ano anterior. Durante a campanha eleitoral, o tema chegou a ser debatido por assessores econômicos dos candidatos.

Uma das ideias em discussão era flexibilizar o teto, que é considerado inviável, principalmente porque a reforma da Previdência — principal gasto do governo, além dos juros — não aconteceu.

Sem a reforma, a tendência é que os gastos previdenciários ocupem cada vez mais espaço do Orçamento, sem deixar espaço para gastos de custeio e investimento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 30/11/2018**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Contas do governo têm 1º superávit mensal desde abril

O mês de outubro registrou o primeiro superávit das contas públicas do governo federal em seis meses. O resultado primário ficou positivo em R\$ 9,4 bilhões, segundo o Tesouro Nacional.

O dado compreende as contas do Tesouro, do BC (Banco Central) e da Previdência. A última vez que se observou um número positivo foi em abril. Em outubro de 2017, houve superávit menor, de R\$ 5,1 bilhões.

De acordo com o Tesouro, a melhora do resultado foi motivada por receitas com a nova rodada de leilão do pré-sal e pelo crescimento da arrecadação de royalties, com a alta da taxa de câmbio e com a cotação internacional do petróleo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 30/11/2018**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Venda das estatais renderia R\$ 802 bi, diz futuro ministro

Números do Tesouro Nacional, apresentados ao futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, indicam que a venda de todas as estatais do governo federal poderiam render R\$ 802 bilhões em receitas.

Durante a campanha, Guedes afirmou que esperava arrecadar entre R\$ 800 bilhões e R\$ 1 trilhão com a privatização de empresas, com base em levantamentos feitos por duas companhias privadas.

A equipe de Jair Bolsonaro, no entanto, já admite que não será possível vender todas as empresas.

O próprio presidente eleito afirmou que não cogita privatizar Banco do Brasil e Petrobras, empresas que ele considera estratégicas.

Um ambicioso plano de privatização, porém, está no radar de Guedes. Esse é um dos pilares do ajuste econômico que ele pretende implantar no governo.

A ideia é que as desestatizações abrissem caminho para um abatimento da dívida pública, o que reduziria os gastos com pagamento de juros.

A futura equipe econômica estuda vender estatais não de uma tacada só, mas ao longo do tempo, aproveitando uma valorização de ativos que esperam ver com adoção de sua política econômica.

Segundo Guedes, sua equipe estuda formas de aperfeiçoar o teto de gastos do governo, para evitar que o mecanismo de controle das despesas perca a eficácia.

Em conversa com jornalistas, Guedes afirmou que está comprometido com o cumprimento do teto e que estuda formas de reduzir a pressão exercida pela alta dos gastos obrigatórios.

Um integrante da futura equipe econômica afirmara, na quarta-feira (28), que há estudos para a formulação de uma emenda constitucional desvinculando e desindexando todo o Orçamento.

Esse mecanismo, considerado limite, poderia funcionar temporariamente, por cerca de dois anos, até que as despesas não pressionem mais o teto de gastos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Mariana Carneiro e Leandro Colon

Título: Superministério da Economia terá seis secretarias especiais

Áreas consideradas estratégicas como gestão de pessoal, comércio exterior e privatização ficam com Paulo Guedes

O novo Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes, será formado por seis secretarias especiais, que unificarão as atuais estruturas de Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio Exterior. Alguns nomes para dirigi-las foram confirmados nesta quinta-feira (29) pelo futuro ministro para ocupar os cargos.

Em conversa com jornalistas, ele informou que o diplomata Marcos Troyjo vai comandar a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais.

Troyjo é colunista da Folha. A área deverá incorporar também a Apex (Agência de Promoção das Exportações), hoje subordinada ao Itamaraty.

O empresário Salim Mattar, como já noticiado, foi confirmado como secretário especial de Desestatização e Desmobilização. Ele deverá integrar a equipe de transição por volta do dia 14, após se descompatibilizar do comando da Localiza, empresa de locação de veículos que ele fundou e na qual atua como presidente do conselho de administração.

Segundo Guedes, o economista Marcos Cintra, formulador do imposto único, comandará a Secretaria Especial de Previdência e Receita Federal e será responsável por tocar duas reformas relevantes no governo de Jair Bolsonaro.

Guedes e seu time pretendem simplificar a cobrança de impostos e, no futuro, reduzir a carga tributária. Para tanto, querem propor uma reforma tributária.

A ideia do imposto único de Cintra, porém, deve ser deixada de lado. As semelhanças com a CPMF criaram resistências à ideia antes mesmo da eleição, e a discussão pode caminhar em direção a um imposto sobre valor agregado que unifique os tributos federais. O debate, contudo, ainda é embrionário.

Na Previdência, a futura equipe econômica pretende lançar uma proposta que controle o aumento de gastos no regime atual e, ao mesmo tempo, crie um novo modelo de aposentadorias em que os trabalhadores formarão uma poupança individual, o chamado sistema de capitalização.

Ainda não está claro se, para ajustar a Previdência atual e criar o novo regime, o futuro governo vai elaborar duas propostas ou se vai endereçar os assuntos em um mesmo conjunto de emendas à Constituição. Nesse desenho, a proposta apresentada pelo presidente Michel Temer e aprovada em comissão no Congresso não deve prosperar.

Os demais nomes para as secretarias especiais do time de Guedes ainda não estão fechados.

Para a Secretaria Especial da Fazenda, o mais cotado é Waldery Rodrigues Júnior, que já atua no ministério atualmente. Ele coordena a Secretaria de Política Econômica.

Sob seu guarda-chuva ficará o atual secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, que ficará com as mesmas atribuições que tem hoje.

Na Secretaria Especial de Planejamento, a especulação é que fique no cargo o atual ministro Esteves Colnago. Outro nome que circulou em Brasília nesta semana é o do presidente do BNDES e ex-ministro, Dyogo Oliveira.

Na Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade, o nome mais próximo da indicação é o do ex-diretor do BNDES Carlos da Costa. Ele trabalha com a equipe de Guedes desde antes da eleição e se consolidou como interlocutor com o setor produtivo.

A Receita Federal continuará com um superintendente da carreira. Guedes não confirmou nem negou se o atual titular, Jorge Rachid, ficará no cargo.

Nos bastidores, auditores da Receita já demonstram preocupação com uma possível perda de poder do órgão com um rebaixamento para terceiro escalão.

O Sindifisco (Sindicato dos Auditores da Receita) divulgou uma nota declarando preocupação com a nomeação de Marcos Cintra.

“A nomeação de Cintra para o comando desse novo órgão quebra uma regra adotada desde 2002, quando auditores fiscais passaram a ser indicados pelos titulares da Fazenda para comandar a Receita, além de responderem diretamente ao gabinete do ministro”, afirma a nota.

Guedes adiantou ainda que dois “Chicago oldies” —como apelidou o time de profissionais experientes que o acompanham desde a campanha eleitoral e, como Guedes, se formaram na Universidade de Chicago— deverão auxiliar Troyjo na área de comércio exterior.

Um deverá ser destacado para ficar em Genebra, comandando negociações com Estados Unidos e União Européia, e outro, na China. Os nomes não foram revelados.

Segundo o futuro ministro, o novo desenho do Ministério da Economia encolherá o número de secretarias de 20 para 6 nas três pastas que serão fundidas.

Cerca de 20% a 30% dos cargos comissionados na equipe econômica deverão ser eliminados com a reforma.

Apesar da fusão, Guedes não gosta da classificação de superministério. Para ele, a unificação das pastas servirá para que a área econômica “fale a mesma língua”.

Um exemplo do vocabulário único que pretende adotar é a abertura comercial a importados sincronizada com uma redução da carga de impostos, por meio de uma reforma tributária.

Outro exemplo é a privatização como uma das ferramentas de ajuste das contas públicas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 30/11/2018****Seção: Mercado****Autor: Italo Nogueira****Título: Bolsonaro descarta privatizações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica**

Apesar de criar secretaria de desestatização, presidente eleito diz que há empresas estratégicas

O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), afirmou nesta quinta-feira (29) que a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal não estão no radar da próxima gestão federal.

“Qualquer privatização tem de se responsável. Não é jogar para cima e ficar livre. Algumas privatizações ocorrerão. Outras estratégicas, não. Banco do Brasil e Caixa Econômica não estão no nosso radar”, disse.

Na sexta-feira (23), o empresário Salim Mattar, proprietário da Localiza, foi escolhido para assumir a secretaria de privatizações do futuro Ministério da Economia de Paulo Guedes.

Ele vai comandar a Secretaria de Desestatização e Desmobilização de Bolsonaro.

Durante a campanha eleitoral, Guedes defendeu a privatização de estatais como forma de fazer caixa e reduzir o rombo das contas públicas.

Nomeado pelo presidente eleito Jair Bolsonaro para presidir a Petrobras, o economista Roberto Castello Branco já tinha dito que a privatização da companhia “não está em questão”.

Nesta quinta, Bolsonaro afirmou ainda que considera difícil a aprovação de uma reforma da Previdência ainda neste ano.

Ele disse que vai oferecer uma nova proposta no início do seu mandato. Segundo o presidente eleito, a atual proposta da gestão Michel Temer é “um pouquinho agressiva para com o trabalhador”.

“No corrente ano é difícil qualquer reforma andar. O Parlamento está dividido porque metade não se reelegeu.”

“Devo, sim, apresentar uma reforma da Previdência no início do meu mandato. Não essa que está no momento, que nós achamos um pouquinho agressiva para com o trabalhador”, disse ele, após evento na Vila Militar, zona oeste do Rio de Janeiro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Parlamentares devem liberar indicação de políticos para chefiar estatais

O Senado deve votar ainda neste ano o projeto de lei que permite a nomeação de políticos em estatais sem o período de quarentena de 36 meses.

O texto é originário do Senado, mas foi modificado pela Câmara e por isso deve passar por nova votação na Casa.

De acordo com parlamentares ouvidos pela Folha, há grandes chances de que o texto avance rapidamente, uma vez que boa parte dos senadores ficará sem mandato em 2019.

O presidente da Casa, Eunício Oliveira (MDB-CE), não se manifestou.

Embora nos bastidores senadores admitam a possibilidade de a emenda aprovada pela Câmara ser transformada em lei, a chegada do projeto gerou reações negativas entre parlamentares.

Desde 2016, a Lei das Estatais proíbe a nomeação de parentes de políticos e de caciques partidários para os conselhos de administração das estatais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 30/11/2018**Seção:** Notas e Informações**Autor:****Título:** Cara e inexplicável lentidão

Em junho, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão de todos os processos judiciais, distribuídos nas várias instâncias do Poder Judiciário, que versavam sobre a Medida Provisória (MP) 832/2018, que criou a tabela de preços mínimos para o transporte rodoviário de cargas. Luiz Fux é o relator das duas ações que questionam no STF a constitucionalidade da tabela do frete.

Segundo o ministro, o objetivo da suspensão dos processos nas outras instâncias era garantir uma solução jurídica uniforme e estável a respeito das normas questionadas. Já que o próprio Supremo estava analisando a questão, não havia motivo para que outras instâncias proferissem decisões particulares. Transcorreram, no entanto, mais de cinco meses dessa suspensão e não há decisão do Supremo sobre as Ações Diretas de Inconstitucionalidade a respeito do frete mínimo (Adins 5.956 e 5.959).

Diante da inexplicável demora do STF, algumas empresas voltaram a propor ações judiciais postulando que não seja aplicada a tabela de fretes mínimos, por sua evidente inconstitucionalidade. Para escapar da suspensão decretada em junho, as empresas alegam que o objeto dessas demandas não é a MP 832/2018, e sim a Lei 13.703/2018, na qual a MP foi convertida em agosto.

Segundo informações do jornal Valor, existem ao menos três decisões judiciais dispensando o cumprimento da tabela de fretes mínimos. Esses casos mostram que a morosidade no julgamento das Adins 5.956 e 5.959, além dos danos ao País, gera transtornos à própria Justiça. Uma vez que o STF não provê uma solução geral, as empresas têm de ajuizar individualmente processos para conseguir o que deveria estar resolvido.

Não há complexidade jurídica ou necessidade de produção probatória para se constatar a inconstitucionalidade de uma lei que fixa preços para o transporte rodoviário de cargas. A Constituição de 1988 assegura a livre-iniciativa. No seu primeiro artigo, ao estabelecer os fundamentos da República Federativa do Brasil, a Carta Magna menciona “os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa” (inciso IV).

Ao fixar os princípios gerais da atividade econômica, o legislador constituinte voltou a mencionar a livre-iniciativa. “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”, diz o art. 170. Não é conciliável o princípio da livre-iniciativa com a “Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas”.

O controle de preços constitui uma intervenção indevida do poder público na economia, já que, por força dos princípios constitucionais, o Estado não é apto a fixar limites de negociação de preço entre partes privadas. A Lei 12.529/2011, que estruturou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, classifica como infração da ordem econômica todo ato que “limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre-iniciativa” (art. 36, I).

Como se vê, o ordenamento jurídico se orienta para proteger a livre-iniciativa. Em caso de dúvida sobre a afronta da Lei 13.703/2018 aos princípios de liberdade econômica, basta ler, por exemplo, seu art. 5.º, § 3.º: “Sempre que ocorrer oscilação no preço do óleo diesel no mercado nacional superior a 10% em relação ao preço considerado na planilha de cálculos de que trata o caput deste artigo, para mais ou para menos, nova norma com pisos mínimos deverá ser publicada pela ANTT, considerando a variação no preço do combustível”.

Recentemente, a ANTT diminuiu o preço mínimo do frete entre 1,2% e 5,32%, numa clara inversão de papéis. Esse ajuste cabe à iniciativa privada, não ao órgão público. A lentidão do STF em reconhecer a inconstitucionalidade da tabela de fretes mínimos sobrecarrega o Estado com funções que não lhe cabem, diminui a eficiência do País, onera as empresas com custos logísticos e jurídicos adicionais, alimenta a insegurança jurídica e prejudica a livre concorrência. É um desastre, cuja conta vem sendo paga pela população

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/11/2018

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues Eduardo Rodrigues /BRASÍLIA

Título: Temer deve deixar rombo menor para Bolsonaro

Expectativa é que déficit vá a R\$ 139 bi, R\$ 42 bi menor o esperado; em outubro, governo teve superávit de R\$ 9,5 bi

Com a ajuda das receitas da exploração de petróleo, a atual equipe econômica deverá deixar para o governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) um rombo nas contas públicas menor do que o planejado. A expectativa do Tesouro

Nacional é que o resultado negativo do chamado setor público consolidado (que inclui União, Estados e municípios e estatais) seja R\$ 42 bilhões menor do que o permitido pela meta de 2018, que admite déficit de até 161,3 bilhões.

Somente o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) deve entregar um déficit pelo menos R\$ 20 bilhões menor do que a meta por conta principalmente de os ministérios não conseguirem gastar recursos já liberados, o chamando no jargão econômico de "empoçamento". A expectativa do governo é que o resultado negativo fique em torno de R\$ 139 bilhões.

Ainda assim, a promessa de campanha do futuro ministro da Economia Paulo Guedes de zerar o déficit no primeiro ano de governo de Bolsonaro é "desafiadora", palavra usada pelo atual secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, que deverá permanecer no cargo na próxima gestão.

Resultado. Em outubro, o governo central apresentou resultado positivo de R\$ 9,5 bilhões. Isso foi possível por conta das receitas do leilão de petróleo do pré-sal realizado no mês e pelo aumento do pagamento de royalties e participações da exploração de petróleo, impactada pela alta nos preços internacionais do produto.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/11/2018

Seção: Negócios

Autor: Daniel Goldberg

Título: A próxima greve dos caminhoneiros

São Paulo — Em O idiota, o escritor russo Fiódor Dostoievsky conta as agruras do Príncipe Mishkin, o governante imbuído de boas intenções e que — a despeito de querer fazer o bem — acabava prejudicando a todos que queria ajudar. Se Dostoievsky tivesse nascido no Brasil, talvez optasse pela crônica regulatória, e o mundo teria perdido um romancista.

Em maio deste ano, o país acompanhou — num misto de choque e fascinação — um movimento de paralisação dos caminhoneiros que, em pouco mais de uma semana, criou a maior crise de desabastecimento em décadas. Como parte de um pacote de “compensações”, o governo aprovou uma tabela de preços mínimos para o frete rodoviário.

Mais tarde, o rumor de que uma nova greve estaria a caminho aparentemente

impulsionou a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a mudar uma vez mais as regras do jogo (que em tese deveria obedecer à lei de oferta e demanda).

Além de aumentar o valor das multas aos transportadores e embarcadores, a ANTT se colocou no papel de “líder de movimento”, passando a multar o próprio caminhoneiro que “aceita” um preço baixo pelo frete. A concentração de absurdos nessa medida paliativa ilustra a magnitude do desafio que aguarda o time capitaneado por Paulo Guedes.

A combinação de um mandato de renovação de frota para redução de poluentes com uma administração equivocada de uma política de subsídio — o PSI — resultou em um aumento brutal na frota de caminhões, da ordem de 6% ao ano, no período compreendido entre 2009 e 2014.

No “melhor” (para quem?) ano do PSI, uma transportadora podia financiar 100% do caminhão a fantásticos 2,5% ao ano. De 2009 até 2018, a frota de caminhões cresceu a uma razão de quase quatro vezes a da economia como um todo. Em 2014, como se sabe, o país entrou na maior recessão de sua história e a demanda por frete derreteu. A combinação da demanda fraca com um claro quadro de sobreoferta fez com que o frete esteja, em 2018, em patamar inferior ao de 2010.

Quem mais sofre com a crise do frete? O caminhoneiro autônomo. Dos 1,2 milhão de caminhoneiros registrados junto à ANTT, quase 500 mil são autônomos. Esses tipicamente operam com equipamento velho (idade média de 17 anos) e não tiveram acesso a crédito do BNDES para trocar de caminhão durante os anos dourados do PSI.

Como a margem histórica do caminhoneiro autônomo gira em torno de 5% da receita de frete, o autônomo típico hoje está pagando para trabalhar. A tristeza é que a “ajuda” do governo (via subsídios à expansão da frota) é que o enterrou. Cheios de boas intenções, nossos formuladores de política pública decretaram a sentença dos caminhoneiros autônomos no seu momento de maior “generosidade”.

Agora, o governo resolve atacar o problema de excesso de capacidade com tabelamento de preços. O remédio agravará a saúde do paciente, que continuará sem entender a doença que o acomete. A tabela tem diversos efeitos. Alguns, particularmente, perversos.

A matriz de transporte brasileira é extremamente dependente do modal rodoviário, e 65% das cargas transportadas no país hoje dependem de caminhões. Quando uma intervenção regulatória altera o preço do frete, grande

parte dos preços na economia acabam afetados, assim como a competitividade de setores inteiros. Um dos poucos consensos públicos hoje é o ônus que nossos pesados custos logísticos e nosso déficit de infraestrutura impõem sobre a produtividade da economia. Neste contexto, é incrível que estejamos tabelando o preço mais importante da nossa matriz logística.

Além disso, a linearização do frete por quilômetro rodado, princípio fundamental da tabela, é um critério extremamente falho. Existem diversas razões pelas quais um frete de 1 mil km não custe duas vezes mais do que um frete de 500 km. Fretes de maior distância concorrem com outros modais (em especial ferroviário e cabotagem). Além disso, fretes de mesma distância em regiões diferentes do país podem ter custos distintos: buracos na estrada, preços de combustível, altimetria, chuvas, roubos de carga – todos esses fatores alteram o “preço certo” de um determinado frete.

Com essa tabela, as regiões mais distantes em que o frete descola do preço de equilíbrio de mercado (acima de 400 km) e que hoje tem rotas atendidas por pequenas transportadoras e caminhoneiros autônomos (os supostos beneficiados pela greve), vão ter produtos mais caros e devem passar a ser atendidas por empresas integradas verticalmente, com frota própria.

A tabela deverá prejudicar também o caminhoneiro autônomo: os maiores clientes agora comprem caminhões, com um incentivo ineficiente à integração vertical. Quando os caminhoneiros se derem conta das verdadeiras causas de suas dificuldades, talvez haja mais uma grande greve: na continuação da comédia dos erros, quem sabe o governo proíba os embarcadores de comprar caminhões?

**** Daniel Goldberg é sócio-diretor da gestora de investimentos Farallon Latin America. Foi presidente do banco Morgan Stanley e secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça***

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Isadora Peron, Luísa Martins e Camila Maia | De Brasília e de São Paulo

Título: Decisão do STF libera venda de distribuidora de AL

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou ontem a liminar que impedia a privatização da Ceal, distribuidora de Alagoas controlada pela Eletrobras. Com a decisão, o leilão de venda da concessionária pode ser realizado ainda neste ano, a fim de evitar a liquidação da empresa.

A liberação da venda da Ceal trouxe grande alívio à União e à Eletrobras, pois há um entendimento de que a companhia é atrativa e deve haver investidores interessados em sua aquisição.

A liminar suspendia a venda desde junho, no contexto de uma ação proposta pelo governo de Alagoas para pleitar a compensação de dívidas com o governo federal como consequência da venda da empresa.

Na decisão, Lewandowski disse que, à primeira vista, tinha se convencido da verossimilhança das alegações do governo alagoano e da indispensabilidade da concessão de liminar para impedir a privatização da companhia, que consumiria prejuízo do Estado. Depois que as partes apresentaram suas manifestações, contudo, o ministro se disse convencido do argumento da Procuradoria-Geral da República (PGR) quanto aos riscos de "aprofundamento dos prejuízos experimentados na operação de desestatização examinada", disse.

A Eletrobras está trabalhando com o **Ministério de Minas e Energia (MME)** e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pela modelagem e pela realização da venda, para marcar uma nova data para o certame.

"A revogação da liminar abre espaço para retomarmos o processo de privatização, que prevê a capitalização da companhia e a redução de tarifas a todos os consumidores alagoanos como critério para seleção do vencedor", comemorou, em conversa com o **Valor**, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior.

Ferreira lembrou que a Ceal, como controlada da Eletrobras, vem sofrendo pela incapacidade financeira de fazer investimentos frente ao crescimento do mercado "do pujante Estado de Alagoas."

Segundo fontes, ontem, a reação inicial do governo à queda da liminar foi pensar em fazer o leilão da Ceal em 10 de dezembro, data em que será licitada a distribuidora Amazonas Energia.

A ideia, porém, já está praticamente descartada, pois é necessário avaliar se existem pontos do edital a serem revistos em virtude do período de vigência da liminar. Além disso, é necessário avaliar se os investidores conseguem se preparar a tempo de participar de um leilão ainda em dezembro, uma vez que a derrubada da liminar do STF não era esperada neste momento.

Apesar de revogar a liminar, Lewandowski pediu que seja realizada uma "perícia econômico-financeira" para saber se houve descumprimento contratual por parte dos entes federais em decorrência do fracasso na privatização da Ceal.

"Em caso positivo, é preciso apreciar se há responsabilidade civil a ser apurada", disse. Segundo o ministro, a perícia tem que explicar algumas questões, como qual o valor original e o atualizado das ações da Ceal levadas à leilão em 1998 - quando foram federalizadas pela falta de interessados - e qual o valor original e atualizado de todas as antecipações recebidas pelo Estado de Alagoas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Fracasso de privatizações pode gerar custo de R\$ 18 bilhões para Eletrobras

A União pode ter que arcar com um custo estimado em R\$ 18 bilhões se a Eletrobras não tiver sucesso na privatização das distribuidoras Amazonas Energia e Ceal (Alagoas). Pareceres jurídicos encomendados pela estatal e pelo BNDES divergem sobre quem deve arcar com o custo de uma eventual liquidação das empresas.

A disputa é jurídica e baseada em duas leis diferentes, mas, ainda que não seja uma questão pacificada, as consequências podem levar a uma briga na Justiça sobre quem pagará a conta - principalmente pelo fato de, como sociedade de economia mista, a Eletrobras ter acionistas minoritários privados.

A própria estatal disse, na proposta da administração para a próxima assembleia-geral extraordinária (AGE), ver "risco exacerbado" de judicializações sobre o tema devido à complexidade jurídica das liquidações.

O leilão de privatização da Amazonas Energia está marcado para 10 de dezembro, mas ainda não se sabe se haverá interessados na empresa. A Medida Provisória (MP) 855 resolve grande parte dos problemas da concessionária, viabilizando sua operação futura do ponto de vista econômico-financeiro, mas os investidores ainda temem se comprometer com a aquisição antes que o texto seja convertido em lei.

No caso da Ceal, a venda estava suspensa por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), mas foi derrubada ontem, permitindo a retomada do processo de venda. Ao **Valor** o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, celebrou a decisão do STF e disse acreditar que a realização do leilão o mais brevemente possível afasta o risco de liquidação da empresa.

Como a Ceal é considerada uma empresa atrativa, sua venda não deve ser um problema, e a expectativa é que o leilão atraia vários interessados. Mesmo assim, a eventual frustração do leilão da Amazonas Energia impõe um desafio significativo ao governo. A liquidação da concessionária, sozinha, custaria R\$ 16,5 bilhões.

No caso de fracasso das vendas, existem quatro pareceres externos, dos juristas Nelson Eizirik, Arnaldo Wald, Gustavo Binenbojm e Thomas Felsberg, que dizem que o custo é da União, com base da Lei 8.029 de 1990. Nesse cenário, a União é sucessora dos direitos e das obrigações das entidades que venham a ser extintas ou dissolvidas, sem custo para a Eletrobras.

Outros dois pareceres, dos escritórios Bocater Advogados e Loeser e Portela, o último contratado pelo BNDES, posicionam-se pela aplicação da Lei 6.404 de 1976, a Lei das Sociedades por Ações, na qual entendem que a Eletrobras seria responsável pelos custos da liquidação. Os juristas que defendem a aplicação dessa legislação apontam que a decisão da Eletrobras de proceder com a liquidação das distribuidoras tem caráter exclusivamente empresarial e estratégico. Como não decorreu de ato do Poder Executivo, não seria aplicável à lei que rege as dissoluções de estatais, apenas a Lei das S.A.

O parecer mais recente foi elaborado por Felsberg, publicado em agosto, e avalia que a Lei 8.029, ao determinar as regras de liquidação e dissolução de empresas públicas, tem um caráter geral e abstrato e pode ser considerada "o estatuto geral" aplicável à dissolução de estatais.

Segundo Felsberg, não é correto afirmar que a decisão de liquidar cabe à própria estatal, pois a portaria 301 do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, publicada em julho deste ano, já previa a liquidação das distribuidoras caso a alienação de controle não ocorresse até o fim do ano. Outras medidas do poder concedente, entre portarias e MPs, também deixavam claro que, caso o leilão não tivesse sucesso, o caminho seria a liquidação.

O trâmite societário para a decisão sobre a dissolução das distribuidoras deverá se dar mediante uma assembleia-geral extraordinária no âmbito de cada distribuidora. De acordo com o parecer de Felsberg, considerando que acionistas minoritários da Eletrobras já se manifestaram no sentido de que a União será a sucessora da estatal nos custos da liquidação, se os administradores da companhia votarem de forma contrária, há chance real de responsabilização dos administradores da companhia.

O futuro das distribuidoras da Eletrobras deve ser decidido em 28 de dezembro, quando a assembleia-geral decide se a estatal continua operando as empresas até 31 de março ou se mantém a data final em 31 de dezembro.

Além da discussão sobre o custo da liquidação para a Eletrobras e para a União, o fracasso na venda das distribuidoras pode trazer também problemas para a Petrobras. A Eletrobras é garantidora da dívida de R\$ 16,7 bilhões repactuada com a petroleira e com a BR Distribidora em abril. No caso da Amazonas Energia, a garantia por parte da Eletrobras perderá validade se a distribuidora for liquidada, com exceção dos contratos de gás natural, na qual as dívidas somavam R\$ 5,6 bilhão em março. Resta a dívida de R\$ 7,6 bilhões da Amazonas referente às compras de óleo combustível, que não terá garantia em caso de liquidação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/11/2018

Seção: Brasil

Autor:

Título: Militares e núcleo econômico se aliam por PPI

O núcleo militar e o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, fizeram uma aliança tácita contra a dupla Onyx Lorenzoni-Gustavo Bebianno em torno do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Considerada pelo entorno do presidente eleito, Jair Bolsonaro, como um centro de excelência na administração federal, a secretaria do PPI está sendo disputada por esses grupos na reta final de montagem do governo.

Os futuros ministros Lorenzoni (Casa Civil) e Bebianno (Secretaria-Geral), que vão ocupar gabinetes no quarto andar do Palácio do Planalto, querem exercer o comando sobre o programa de concessões em infraestrutura. Eles pretendem deixar o PPI sob a batuta de Bebianno.

A ansiedade da dupla para ficar com a secretaria é tão grande que o nome de um general, Maynard Santa Rosa, foi aventado como forma de convencer Bolsonaro a arbitrar em favor dos dois.

Do outro lado, os militares envolvidos em questões de infraestrutura e o futuro ministro da Economia estão convencidos de que isso seria um revés importante para o PPI. Eles já fizeram um convite ao atual chefe do programa, Adalberto Vasconcelos, para que continue no cargo.

Acreditam que é preciso ter alguém com conhecimento sobre a máquina pública, boa relação com órgãos de controle e trânsito com investidores.

Vasconcelos se encaixa exatamente nesse perfil. Guedes já abriu mão de incorporar o PPI à sua pasta e concordou sobre a necessidade de a secretaria do

programa funcionar no Planalto. A preferência é por um arranjo que vincule esse núcleo diretamente ao vice-presidente eleito, Hamilton Mourão, que tem deixado claro sua intenção de acompanhar mais de perto os projetos de infraestrutura.

Guedes e o grupo militar não se opõem a deixar o PPI ligado ao secretário de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, embora achem que não é o formato ideal. Para eles, o programa precisa estar vinculado a um interlocutor de peso e que seja capaz de resolver impasses entre diferentes órgãos. Quando foi criada, a secretaria era chefiada por **Moreira Franco**, braço direito do presidente Michel Temer.

A solução para o impasse depende de Bolsonaro. Os dois lados buscam definição rápida sobre o futuro do PPI. Há um reconhecimento, na equipe de transição, de que os ruídos em torno do comando sobre o programa estão criando um desgaste para o futuro governo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/11/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Planos da Galp no Brasil

A petroleira portuguesa Galp pretende se tornar operadora em campos offshore (marítimos) do Brasil em médio prazo, afirmou ontem Miguel Pereira, presidente da Petrogal Brasil e gerente nacional da Galp no país, sem precisar o período. Segundo o executivo, a companhia, parceira da Petrobras em áreas do pré-sal, vai continuar estudando a participação em novos leilões e em novas oportunidades. "Estamos sempre estudando os leilões e as novas oportunidades. E acreditamos no pré-sal", disse o executivo a jornalistas, após participar de palestra na Firjan, no Rio. Ele disse que a empresa vai continuar atuando como sócia minoritária em projetos em águas profundas, apesar do objetivo de médio prazo de ser operadora.

Minério estável

Os preços do minério de ferro encerraram a quinta-feira praticamente estáveis, apesar do avanço no mercado futuro, com o mercado físico mais inativo diante do receio das usinas chinesas de irem às compras, segundo a publicação especializada "Metal Bulletin". Diante disso, a tonelada do minério com pureza

média de 62% entregue no porto de Qingdao subiu US\$ 0,16, para US\$ 66,51 a tonelada, comparável a US\$ 66,35 a tonelada na quarta-feira. Muitas usinas, segundo a publicação, estão consumindo estoques e adiando a compra de matéria-prima para a semana que vem, ao mesmo tempo em que mais siderúrgicas chinesas migraram para materiais mais baratos depois de terem suas margens derrubadas ao ponto de equilíbrio. Na Bolsa de Commodities de Dalian, os contratos com entrega em janeiro subiram 4,50 yuans, para 476 yuans por tonelada.

Petrobras investe

A Petrobras pretende investir cerca de US\$ 85 bilhões entre 2019 e 2023, dentro plano de negócios e gestão da companhia para o período, em elaboração pela empresa. A informação foi publicada ontem pelo jornal "O Globo" e confirmada pelo **Valor**, com uma fonte com conhecimento do assunto. A cifra supera em pouco mais de US\$ 10 bilhões o montante de investimentos previstos no plano atual (2018-2022), de US\$ 74,5 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Ultra vê 2019 melhor para todos os seus negócios

Depois de um ano de ajustes, que abarcaram a condução dos negócios, a estratégia de alocação de capital e simplificação de estrutura, o grupo Ultra prevê para 2019 a melhora dos resultados de todos os seus negócios, em especial a distribuidora Ipiranga. A mensagem otimista, de que o ano que vem será o da retomada do crescimento, abriu e encerrou o encontro anual do comando da Ultrapar com analistas e investidores ontem, em São Paulo.

"Sofremos nos últimos anos, como todos sofreram, com a contração da economia brasileira. Mas dedicamos um esforço muito grande ao longo de 2018 para reforçar processos e alavancas que nos permitirão retomar o crescimento em 2019", disse o presidente da Ultrapar, Frederico Curado. O executivo confirmou que os investimentos do grupo em 2018 ficarão "significativamente" abaixo do orçamento original, de cerca de R\$ 2,7 bilhões, provavelmente na casa de R\$ 2 bilhões. O corte reflete o desejo do Ultra de crescer "com qualidade", privilegiando uma análise mais profunda dos projetos em lugar de dispendar capital de forma mais agressiva. "Vamos buscar critérios mais claros para investir e desinvestir, vamos buscar racionalidade", afirmou.

Dona de 100% de seus cinco principais negócios e presente em algumas parcerias, a Ultrapar poderá ser mais flexível quanto à estrutura de capital a partir de agora, indicou Curado. "Isso poderá destravar alguns valores e facilitar investimentos no futuro", explicou. Por outro lado, a holding crê que faz a diferença na gestão de negócios e, por isso, é acionista controladora ou de referência nas empresas que gere, com participação direta nos resultados.

Como investidor, afirmou o executivo, o grupo olha para empresas que têm potencial de participação de mercado relevante, boa geração de Ebitda (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e transformação desse resultado em caixa e lucro líquido. "Olhando para o atual portfólio, vemos essa característica em todas as empresas. Mas há fases diferentes [entre as empresas]", observou, referindo-se principalmente ao momento atravessado pela rede de farmácias Extrafarma e a Ipiranga.

Conforme Curado, o terceiro trimestre correspondeu ao pico de alavancagem financeira em muitos anos para o grupo, mas a visão é a de que esse índice vai cair rapidamente com o crescimento do Ebitda e maior disciplina de capital. "A rápida desalavancagem vai dar flexibilidade adicional para eventualmente fazer novos investimentos", acrescentou.

O diretor financeiro da Ultrapar, André Pires, destacou que a distribuidora de combustíveis já experimenta recuperação, com melhora de volumes e resultados sequencialmente. Em 2019, o crescimento dos resultados será "significativo". "Está claro que estamos em fase de franca recuperação e na sequência. O crescimento dos resultados foi muito forte nos últimos anos, apesar do cenário que começou a se modificar em 2017 e a expectativa é de inflexão dessa curva", afirmou. Para o próximo ano, a tendência de recuperação se manterá, com a melhora dos volumes ajudando a rentabilidade.

De acordo com o diretor-superintendente da Ipiranga, Marcelo Araújo, no curto prazo, a expectativa é de retomada gradual da demanda de combustíveis, na esteira da confirmação da retomada econômica, mas ainda em um ambiente de competição desafiador. "Mas com muito menos distorções do que nos últimos 24 meses e algum período com alguma volatilidade por causa dos debates em torno das definições regulatórias que estão postas para discussão."

O terceiro trimestre correspondeu ao pico de alavancagem financeira em muitos anos para o grupo

Passado esse momento, a Ipiranga enxerga a retomada mais consistente e significativa na demanda por combustíveis líquidos, com avanço da participação dos biocombustíveis. Araújo acredita que o etanol será um "atenuador do sistema de eletrificação no Brasil", referindo-se aos carros elétricos. O papel

relevante do biocombustível para a economia brasileira, afirmou, deve alongar o processo de migração para veículos elétricos. A Ipiranga trabalha com previsão de crescimento da demanda doméstica de combustíveis líquidos até 2040 ou 2045.

"Esse novo ciclo de crescimento também virá com uma grande mudança do consumidor, que está mais exigente, quer experiências melhores, mais conveniência e é mais digital", disse o executivo. Diante disso, a rede está adotando uma nova estratégia, de posicionamento como plataforma de negócios convenientes que facilite o dia a dia e a mobilidade das pessoas.

Para a Ultragaz, a expectativa é a de resultados crescentes em 2018, com continuidade dessa tendência em 2019, mas em menor ritmo do que o verificado nos últimos dois anos. "A geração de caixa cresce, o que viabilizará a busca de crescimento orgânico e inorgânico", acrescentou Pires.

A empresa de distribuição de GLP do grupo está atenta a oportunidades de aquisição no mercado brasileiro e no exterior. Segundo o executivo Tabajara Bertelli Costa, que está em período de transição para assumir o comando da Ultragaz, apesar da frustração com a negativa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) à compra da Liquigás, "não estão encerradas as oportunidades orgânicas e inorgânicas no Brasil". "Vemos oportunidade inorgânica no país e estamos olhando de forma mais estruturada no mundo, em especial neste momento mais o continente americano", em especial a América Latina.

Conforme Tabajara, o grupo busca algumas características específicas para o que será a porta de entrada da Ultragaz no mercado internacional, como um mercado com regulação tão evoluída quanto a do Brasil, e o potencial que a eventual aquisição pode trazer para os negócios. Olhando para a operação atual, acrescentou o executivo, os planos incluem três investimentos relevantes em infraestrutura nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com impacto importante da participação de mercado da empresa.

Na Ultracargo, comentou o diretor-superintendente Ricardo Catran, áreas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são avaliadas com atenção pela empresa, porque representam "pontos importantes de crescimento". Em 2019, a capacidade instalada da Ultracargo crescerá 16%, para 814 mil metros cúbicos. Conforme Catran, considerada a previsão de crescimento da demanda de combustíveis, químicos e etanol até 2034, o Brasil terá de dobrar a capacidade instalada de armazenamento de grãos líquidos, para 6 milhões de metros cúbicos. Isso abre oportunidades de investimento da ordem de R\$ 8 bilhões.

Em termos de crescimento orgânico, a Ultracargo tem projetos em Santos (SP), Itaqui (MA) e Suape (PE), todos em terrenos já existentes, além de Aratu (BA). "Temos também as renovações antecipadas dos arrendamentos de Suape e Aratu, que vamos iniciar em 2019, já que é um processo longo, que requer discussão profunda com a Antaq, Ministério dos Transportes e Companhias Docas", acrescentou.

Para a Oxiten, que acaba de inaugurar uma fábrica em Pasadena, nos Estados Unidos, a previsão é de melhora substancial do Ebitda em 2018 e continuidade do desempenho em 2019. De acordo com o presidente João Parolin, o foco agora é ocupar as capacidades existentes no Brasil e México. Na Extrafarma, a estratégia de expansão de lojas em 2019 será centrada em três Estados: São Paulo, Bahia e Pernambuco, segundo o presidente da rede de farmácias, Rodrigo Pizzinato. "A abertura nesses Estados permite que, com o adensamento, venham a abertura de centros de distribuição e os benefícios disso nas margens", disse

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras responsabiliza 300 funcionários por atos ilícitos

Aproximadamente 300 funcionários da Petrobras foram responsabilizados por irregularidades investigadas pela companhia desde dezembro de 2014, após a criação do comitê especial de investigações independentes. O comitê teve seu encerramento aprovado na quarta-feira, pelo conselho de administração da petroleira.

"Em torno de 300 pessoas foram responsabilizadas. E a responsabilização pode ser mais grave ou menos. Pode ser demissão por justa causa. Pode ser suspensão, pode ser advertência escrita", afirmou ontem o diretor de Governança e Conformidade da Petrobras, Rafael Mendes Gomes, a jornalistas, após evento sobre compliance, organizado pelo Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), no Rio. Foi a primeira vez que a companhia divulgou balanço do número de funcionários responsáveis por atos ilícitos.

Segundo Gomes, a necessidade de criação do comitê se deu após a delação premiada do ex-diretor de abastecimento da companhia Paulo Roberto Costa no âmbito da operação Lava Jato. "Consideramos que as pessoas que praticaram os atos relacionados à Lava-Jato não estão mais na empresa já há algum tempo."

Gomes disse que após quase quatro anos de funcionamento do comitê, cerca de 80 recomendações foram feitas à companhia. As atividades do comitê estavam reduzidas e o trabalho restante foi repassado à diretoria de governança. Em termos de estrutura, a diretoria de governança recebeu cerca de 170 funcionários no segundo semestre deste ano. A equipe da diretoria agora é composta por 471 funcionários.

"As atividades [do comitê] já são muito reduzidas e podem ser tranquilamente absorvidas pela diretoria de governança", disse o diretor. "Temos 170 novos colaboradores na minha área [governança e conformidade] que ingressaram neste semestre, reforçando a área, muitos deles na área de apuração de denúncia", completou.

Perguntado sobre a criação de um fundo com o Ministério Público Federal no Brasil para investimento em ações de promoção de ações sociais e educacionais para transparência e cidadania, no âmbito do acordo firmado em setembro com autoridades americanas, Gomes disse que o prazo de estabelecimento do fundo é de um ano.

"Ainda estão em tratativas com o Ministério Público para melhor encontrar a forma de fazer isso", disse ele. "Uma vez que esteja clara qual é a estrutura, nós vamos fazer esse depósito [de recursos para o fundo]", completou.

Pelo acordo firmado em setembro, 80% dos US\$ 853 milhões firmados com as autoridades americanas deverão ser pagos no Brasil. Desse montante, parte será destinada ao fundo.

Questionado sobre o plano de negócios da Petrobras para o período 2019-2023, ainda em análise pelo conselho de administração da empresa, o diretor disse não poder comentar o assunto. Perguntado se o plano contemplaria a área de governança e conformidade, ele afirmou que "não deveria haver motivo para que a promoção da ética e da integridade que está nos nossos valores não seja parte da nossa plataforma de negócios para os próximos anos".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Adam Samson e Nastassia Astrasheuskaya | Financial Times, de Londres e Moscou

Título: Cotações do Brent e WTI sobem após Rússia considerar corte

Os preços do petróleo tiveram uma grande recuperação ontem, em relação ao movimento de queda mais cedo, após a notícia de que a Rússia estaria considerando a possibilidade de reduzir sua produção. O petróleo do tipo Brent subiu 2% em 50 minutos após a divulgação da informação, deixando-o 1% acima do preço de liquidação de quarta-feira, de US\$ 59,35 o barril.

A referência americana, o petróleo West Texas Intermediate (WTI), que antes havia caído abaixo dos US\$ 50 pela primeira vez desde outubro de 2017, também se recuperou, avançando 1,4% no dia para US\$ 50,99.

Os preços reagiram depois que a agência Reuters publicou uma reportagem afirmando que a Rússia está aberta à possibilidade de cortar sua produção de petróleo em meio a uma grande queda nos preços desde o começo de outubro. A agência disse que o ministro da Energia da Rússia encontrou-se com grupos petroleiros locais, ocasião em que o assunto foi discutido.

A agência de notícias Inferfax disse que a Rússia e a Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) ainda se encontram no estágio de avaliação da situação nos mercados de petróleo e desenvolvendo as melhores decisões a serem trabalhadas futuramente, disse ontem o ministro da Energia da Rússia, Alexander Novak, recusando-se a dizer se a Rússia apoia o corte na produção em 2019.

"Não posso dizer por enquanto qual é a nossa posição, uma vez que estamos no estágio de desenvolver e avaliar a situação. Ela envolve especialmente o primeiro e segundo trimestres, as previsões de oferta e demanda", afirmou ele.

"Como vocês sabem, a reunião ministerial acontecerá no primeiro dia de dezembro [amanhã]. Tenho certeza de que juntos com nossos colegas da Opep e dos países que não participam da organização, chegaremos a uma decisão coordenada e consolidada que vai beneficiar o mercado petrolífero", disse Novak.

O ministro da Energia da Arábia Saudita disse na quarta-feira que a Opep, juntamente com parceiros que não participam do cartel, como a Rússia, "anseiam" por devolver a estabilidade ao mercado. Mas ele alertou que a Arábia Saudita "não fará isso sozinha".

Os preços do petróleo vêm suportando um duro golpe em meio as preocupações crescentes com a oferta elevada e os temores de que uma desaceleração do crescimento da economia mundial venha a prejudicar a demanda.

Uma reunião da Opep em 6 de dezembro "assumiu uma importância crítica para os preços com as discussões preliminares entre a Arábia Saudita, Rússia e

Estados Unidos podendo acontecer na reunião do G20 em 30 de novembro [hoje]", afirmou Gordon Gray, estrategista do HSBC.

O aumento da exploração de xisto por empresas americanas vem contribuindo para a apreensão. "A recuperação dos preços do petróleo em relação aos patamares de baixa de 2016 vem provocando uma retomada da atividade no apertado mercado de petróleo dos EUA", disse Gray.

O espectro da oferta crescente de xisto foi reforçado na quarta-feira, quando dados do Departamento de Energia dos EUA mostraram que os estoques americanos de petróleo cresceram em 3,6 milhões de barris na semana passada. Com pouco mais de 450,5 milhões de barris, o estoque de petróleo dos EUA está 7% acima da média de cinco anos para esta época do ano, segundo dados oficiais.

O petróleo tipo WTI caiu mais de um terço em relação ao pico de US\$ 76,90 registrado no início de outubro, enquanto o Brent teve uma margem de perda parecida. Ontem, o barril do Brent fechou em Londres com alta de 1,38%, cotado a US\$ 59,91. Já o WTI subiu 2,30% em Nova York, a US\$ 51,45 o barril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/11/2018

Seção: Suplemento - Cidades inteligentes

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Redes inteligentes de energia ensaiam os primeiros passos

Uma das maiores revoluções do setor elétrico está chegando a várias cidades do mundo pelas redes inteligentes de energia elétrica a partir dos medidores bidirecionais. Hoje já são 800 milhões desses aparelhos instalados no mundo, enquanto no Brasil, com pouco mais de 65 milhões de pontos de consumo, a inovação está presente em menos de 5% deles. A Itália já trabalha na troca da segunda geração dos equipamentos e a China instalou mais de 300 milhões. Mais que leitura de consumo e geração, os medidores permitem a gestão eficiente de eletrodomésticos e até o carregamento de carros elétricos ligados à rede.

A CPFL Energia decidiu em março que seu projeto piloto de instalação de medidores inteligentes para baixa tensão será em Jaguariúna (SP). Para que a inovação ganhe escala e outras cidades, será preciso ter incentivos regulatórios. "O reconhecimento na tarifa é dado apenas na revisão periódica, que ocorre a

cada quatro ou cinco anos, com uma tecnologia que demanda investimento intensivo em dez anos ou mais. É preciso reconhecer que ela pode acelerar a adoção de carros elétricos ou de microgeração distribuída", diz Caius Malagoli, diretor de engenharia da CPFL Energia.

A reforma do setor elétrico não trata do tema, mas a Aneel poderá rever a metodologia do custo de capital das concessionárias para as rodadas de revisões periódicas de tarifas da próxima década.

Para o líder empresarial da Macroplan, Gilberto Figueira, o avanço das tecnologias não ocorrerá apenas pela questão tarifária. "As tecnologias que chegam, como as redes inteligentes, são mais caras e uma parte disso terá de ser reconhecido pelo regulador, mas há também ganhos que poderão ser incorporados pelas concessionárias que alcançarão mais eficiência e podem ter menos perdas. Caso houvesse um programa e linhas de financiamento, o avanço tecnológico poderia ser acelerado, o que podemos ver no Brasil é uma transformação mais lenta."

O consumidor deixará de ser uma figura passiva: com os medidores inteligentes e a instalação de painéis fotovoltaicos, ele ganha novo poder no sistema, se tornando minigerador. Já as concessionárias terão de se adaptar a esse novo mundo em que uma parcela crescente da receita virá do mercado não regulado. O desafio será resolver criar uma regulação que incentive essas tecnologias, mas não onere as tarifas. "A equação se tornaria mais fácil com a redução de tributos, mas a crise fiscal, que deve continuar apertando as contas da União e estados nos próximos quatro anos, dificulta", destaca Daniel Martins, sócio da consultoria Roland Berger.

Iniciativas de concessionárias começam a ganhar corpo, a maioria baseada nos projetos de Pesquisa & Desenvolvimento da Aneel. Em junho e julho, pesquisadores saíram às ruas de Cataguases, sul de Minas Gerais, para conversar com a população e a prefeitura e iniciar um estudo sobre a implementação do conceito de cidade inteligente no município de 70 mil pessoas. Além de avaliar a possibilidade de instalação de medidores e iluminação pública inteligentes, microgeração distribuída solar, sistemas de armazenamento e mobilidade urbana com bicicletas e veículos elétricos, o projeto, com conclusão prevista para setembro, busca analisar as oportunidades com o avanço da tecnologia.

Cerca de 300 residências de um condomínio de alto padrão próximo à Fortaleza (CE) terão sua estrutura elétrica interna transformada em uma microrrede autônoma capaz de funcionar conectada ou não à rede elétrica da distribuidora. O projeto da Enel, concessionária local, une três principais conceitos tecnológicos: geração distribuída, com a presença de plantas fotovoltaicas e um

parque eólico já existentes na região; armazenamento da energia para uso quando necessário; e redes inteligentes, com a automação da rede elétrica, automação de cargas prioritárias das unidades consumidoras do condomínio e softwares de gestão.

As inovações surgem em um cenário de pressão sobre o balanço das empresas, que terão de ser mais eficientes. Nos últimos cinco anos, estudo da Roland Berger com base no balanço de 23 grupos da área apontou que o setor elétrico nacional destruiu R\$ 65 bilhões em valor por causa de um conjunto de razões: baixa consolidação em distribuição; a reduzida eficácia dos incentivos por eficiência em especial no setor público; a falta de disciplina financeira e de modelos de gestão de custos e investimentos; a lentidão do setor para modernizar e digitalizar suas operações; a intervenção dos últimos governos que gerou significativas perdas financeiras (MP 579 de 2012) e uma recorrente instabilidade regulatória.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/11/2018

Seção: Suplemento - Cidades inteligentes

Autor: Roberto Rockmann | De São Paulo

Título: PPPs estimulam projetos de iluminação pública

Em 2015, a prefeitura de Caraguatatuba assinou uma das primeiras Parcerias Público-Privadas (PPPs) de iluminação pública no país. Passados três anos, 20,5 mil lâmpadas LED já foram instaladas permitindo uma redução de 67% do consumo de energia elétrica e uma economia de R\$ 350 mil mensais para a administração da cidade do litoral paulista. Em janeiro, durante as férias de verão, quando a cidade recebe um grande fluxo de turistas, um projeto piloto em parceria com a Nec do Brasil integrará, a partir do sistema de iluminação, outros serviços no centro de comando da concessionária, como câmeras de alta resolução que permitirão o monitoramento de pedestres e de veículos.

"Será uma experiência para mostrarmos à prefeitura. A iluminação pública pode ser a espinha dorsal de uma cidade inteligente", diz Pedro Iacovino, diretor-geral da Caraguá Luz. Até 2019, será instalado sistema de telegestão em todos os 20,5 mil pontos de luz da cidade, o que poderá fazer a redução de energia chegar a 80%.

Receitas acessórias criadas pela concessionária serão compartilhadas com a prefeitura, com 70% para a empresa, que investe em soluções, e o restante para a prefeitura. Houve uma redução de 47% no número de intervenções de manutenção e as ligações da população de reclamações caíram de 50 para

apenas cinco por dia. "Criamos um aplicativo em que a população pode fazer queixas por meio dele, o que faz com que a central de atendimento possa ficar obsoleta", diz.

Um dos atrativos é que as cidades podem usar a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip), cobrada nas contas de luz, para financiar o projeto. Foram assinadas 13 PPPs no país. "A expectativa é de um crescimento forte a partir de 2019 com grandes projetos prestes a ter editais lançados, como Teresina e Porto Alegre e Guarulhos", afirma o presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Iluminação Pública, Eduardo Gurevich.

Outras cidades como o Rio de Janeiro também devem seguir o mesmo caminho, atraindo a iniciativa privada para operar e manter o sistema. Mês passado, a Engie anunciou a aquisição da Sadenco, companhia especializada em operação de redes de iluminação, de olho nos negócios na área. "De dois anos para cá, sentimos uma maior maturidade dos projetos no segmento e eles também têm incorporado maior inteligência nas licitações, como Guarulhos, cujo edital pode trazer telemetria, e Rio de Janeiro", observa Leonardo Serpa, diretor da Engie Soluções, que estuda quatro PPPs: Guarulhos, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Teresina. Um dos critérios para a participação em eventuais projetos é que a cidade tenha 40 mil pontos de luz. "A iluminação pública é um centro neural de uma cidade inteligente; pode agregar muito valor, por isso temos interesse estratégico nesse segmento."

As PPPs vão ganhar espaço com apoio de bancos federais. O BNDES assinou recentemente os contratos para prestação de suporte técnico à estruturação de projetos de PPP no setor com os municípios de Petrolina (PE) e Natal (RN). O apoio do BNDES nos dois projetos deverá abranger a modernização de 96 mil pontos de luz, beneficiando mais de 1,2 milhão de pessoas. A expectativa é que os investimentos cheguem a cerca de R\$ 280 milhões, em um prazo de 24 meses, após o término das licitações dos projetos de PPP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/11/2018

Seção: Suplemento - Cidades inteligentes

Autor: Roberto Rockmann | De São Paulo

Título: Energia solar e armazenamento avançam

Duas tecnologias que deverão ganhar destaque nas cidades brasileiras são a geração distribuída com painéis fotovoltaicos e o armazenamento, principalmente porque a presença de fontes intermitentes na matriz elétrica nacional será maior. A capacidade instalada em energia solar pode crescer mais

de dez vezes nos próximos dez anos para 3 GW de potência, segundo projeções do governo.

O cenário tem levado redes de farmácias, educação, hospitais e agências bancárias a investir no setor, para reduzir a conta de energia. O movimento antes liderado por empresas do Nordeste já chega ao Nordeste. A Engie Soluções é uma das que está aumentando sua equipe na região de olho nos negócios.

Em cinco anos, o número de conexões no Brasil subiu de 23, em junho de 2013, para pouco mais de 30 mil, respondendo por cerca de 250 MWp. A Aneel estima que esse número poderá chegar a 700 mil pontos na metade da próxima década. No Brasil, a resolução número 482 da agência permite que o consumidor gere energia a partir de painéis fotovoltaicos e possa abater o que consumiu de sua conta mensal de luz. O consumidor ganha novo papel.

"Há uma tendência cada vez maior de empoderamento do consumidor no setor elétrico, que passa a ter um papel ativo no sistema podendo gerar também energia elétrica", diz Karin Luchesi, vice-presidente de operações para mercado da CPFL Energia. "A chave do sucesso desse novo momento será a regulação, que tem de analisar todos os pontos", diz Nelson Leite, presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee).

Projeto de telhados solares conduzido pela CPFL Energia mostrou que as redes de distribuição demandarão investimentos no médio e longo prazo para apoiar a expansão da entrada de geração distribuída no sistema interligado. Isso poderá pressionar ainda mais a rede brasileira, defasada em alguns pontos. Um exemplo dos desafios está na Alemanha. Quando passou a ter 30% de sua matriz com microgeração distribuída solar, a complexidade da matriz do país europeu cresceu e a qualidade de energia distribuída caiu. No caso brasileiro, em que o sistema de transmissão escoava grandes blocos de energia em grandes distâncias, o desafio poderá ser maior com redes defasadas e a expansão da geração distribuída solar.

Armazenamento é outra tendência em alta. Desde junho, a AES Tietê iniciou o maior projeto piloto no segmento, ao instalar na usina hidrelétrica de Bariri (SP) uma bateria de lítio para armazenamento de 200 kW de energia. "Há potencial grande no Brasil", diz o presidente da empresa, Ítalo Freitas. A bateria ficará conectada ao gerador auxiliar, que trabalha com a iluminação da hidrelétrica e bombeamento de máquinas. O Operador Nacional do Sistema (ONS), que busca avaliar os impactos do sistema na rede básica, acompanhará o teste, cujo investimento está em R\$ 2,5 milhões. A tecnologia tem múltiplos usos e pode dar maior qualidade ao abastecimento para indústrias que têm necessidade de

que as linhas operem sempre na mesma frequência e não sejam perturbadas com oscilações da rede.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/11/2018

Seção: Suplemento - Cidades inteligentes

Autor: Roberto Rockmann | De São Paulo

Título: Incertezas rondam os veículos elétricos

Os carros elétricos ganharão espaço crescente na rua das principais cidades do mundo, o que também trará impacto para as concessionárias de energia elétrica. Não será diferente no Brasil, embora a inserção do carro elétrico na matriz de transportes ainda seja incerta.

No país, esses veículos menos poluentes poderão ter seu futuro ligado ao etanol. A Toyota realizou no início desse ano um teste pioneiro no mercado mundial: um veículo da marca, o primeiro do mundo a combinar um propulsor elétrico e outro flexível a gasolina e etanol, rodou 1,5 mil quilômetros entre São Paulo e Brasília.

Estudos preliminares feitos pela montadora indicam que o híbrido flex tem um dos mais altos potenciais de compensação e reabsorção na emissão de dióxido de carbono gerado desde o início do ciclo de uso do etanol extraído da cana-de-açúcar, passando pela disponibilidade nas bombas de abastecimento e por sua queima no processo de combustão.

Além da escolha da tecnologia, outra incerteza se refere à infraestrutura elétrica que terá de ser viabilizada para que os carros possam ser abastecidos. Estudo recente da CPFL Energia estima que o Brasil precisará de 80 mil eletropostos públicos até 2030 para acompanhar o ritmo de crescimento do mercado de veículos elétricos nacional.

Neste cenário, a frota de carros elétricos puros e híbridos plug-in no Brasil deve alcançar dois milhões de unidades em circulação. Um dos desafios para a expansão da mobilidade elétrica no Brasil é o desenvolvimento de um mercado de recarga pública com eletropostos semi-rápidos e rápidos.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou a regulamentação, em junho deste ano, para a infraestrutura de recarga para veículos elétricos. Pelas regras definidas pelo regulador, qualquer empresa, seja do setor elétrico ou não, pode investir na instalação de eletropostos. Com o modelo regulamentado pela Aneel -pelo qual qualquer empresa poderá instalar um posto de recarga

em uma rodovia ou em um estabelecimento comercial - a expectativa é que as perspectivas de expansão da mobilidade elétrica no Brasil atraia novos players, viabilizando um mercado competitivo no futuro.

O avanço dos carros elétricos incorpora outra mudança no setor elétrico, permitindo que o consumidor ganhe ainda mais poder. Um cliente pode, por exemplo, chegar à sua casa à noite com metade da carga de seu carro elétrico e conseguirá vender essa carga restante ao sistema para obter receita e depois configurar sua bateria para ser recarregada de madrugada, quando o preço da energia é mais baixo. Para que isso ocorra, será preciso que as redes inteligentes de energia permitam a gestão do consumo e façam a leitura tanto do consumo quanto da geração.

Para a vice-presidente de Operações de Mercado da CPFL Energia, Karin Luchesi, as novas tecnologias são uma tendência irreversível, mas é essencial avaliar os impactos dela, principalmente para os clientes de baixa tensão, os residenciais. "A abertura deve ser gradual e estruturada, mas ela não pode ser um fim em si mesma, até porque depende de conscientização do consumidor residencial, que nem medidor inteligente tem hoje, ou seja: essas novas tecnologias trarão benefícios para ele? A reação do consumo acontece com o preço, mas será que o cliente residencial tem como avaliar isso e, por exemplo, gerenciar o carregamento de um carro elétrico em razão de preço de energia em determinados horários?", questiona Karin.

MME / ASCOM .